

Sarney teme um complô internacional

FLAMARION MOSSRI

O presidente José Sarney acredita na existência de um movimento, no Brasil e no Exterior, destinado a desestabilizar o seu governo de transição, com conseqüências imprevisíveis. Em conversas informais com constituintes de diversos partidos nos últimos dias, o presidente da República manifestou também apreensão com o quadro sócio-econômico do País e a renegociação da dívida externa, sem contar a preocupação em definir logo a duração de seu mandato.

Um dos interlocutores do presidente acha que, se as forças de direita e da extrema esquerda, "com o respaldo de alguns órgãos de comunicação", tiverem êxito na escalada anti-Sarney, não haverá no Brasil um governo democrático, ou de cunho socialista: "Teríamos um regime à la Pinochet".

Sarney tem estranhado as posições de setores importantes da sociedade que, além de não manifestar apoio ou pelo menos compreensão à sua decisão da moratória, insistem em duras críticas a tudo que está fazendo ou pretende fazer.

Dentro do mesmo quadro de apreensões, tem sido notada, na Constituinte, a atuação de Carlos Sant'Anna e Prisco Viana, cada vez mais preocupados em avaliar, em diferentes bancadas, o peso do apelo político-parlamentar ao presidente Sarney.

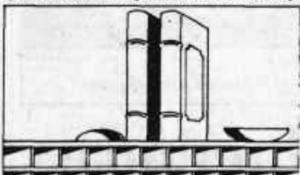
Prisco Viana, ex-líder do PDS, é amigo pessoal do presidente há muitos anos. É um dos políticos de maior acesso ao Planalto. Alvorada e São José do Pericumã. Sant'Anna, ex-ministro da Saúde, foi escolhido pessoalmente pelo presidente para líder formal do governo na Câmara e líder informal na Constituinte.

Paralelamente aos esforços que os dois representantes da Bahia desenvolveram a favor do acordo para aprovação do regimento interno da Constituinte, eles estão conversando

muito, dentro e fora do Congresso. Não falam apenas da duração do mandato presidencial. Falam, principalmente, da necessidade de apoio firme a Sarney, nesta fase de grandes dificuldades internas e externas.

A atuação de Carlos Sant'Anna e de Prisco Viana, de um lado, e dos líderes do PFL, de outro, tem provocado problemas no PMDB. O líder Luiz Henrique, por exemplo, já se queixou ao presidente de que ele não deveria se orientar sobre questões políticas e da Constituinte somente com o líder do governo e com o PFL. "O senhor é do PMDB e o PMDB apóia o seu governo", disse-lhe Luiz Henrique.

Quem também está se preocupando com a "apreensão" de Sarney



CONSTITUINTE

em ver definida, desde logo, a duração do seu mandato é Ulysses Guimarães. "A fixação do mandato presidencial não é problema pessoal. É problema estrutural", disse ontem o presidente do PMDB, da Câmara e da Assembléia Constituinte.

Nos últimos dias, em conversas em seu gabinete e em sua residência oficial, Ulysses tem dito, com insistência, que Sarney não deveria ficar solicitando a diferentes líderes a definição, a curto prazo, do seu tempo de governo. Para o presidente do PMDB, o problema da duração do mandato de Sarney e dos próximos presidentes será examinado e definido no tempo oportuno.

"Primeiro, temos de colocar em funcionamento as comissões e sub-comissões da Constituinte. Esta é a

prioridade", disse ele. Ulysses Guimarães informou que a questão do mandato será de competência da comissão específica da Constituinte — a de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, e da subcomissão do Poder Executivo.

Estes órgãos deverão, também, estabelecer — para posterior decisão do plenário da Constituinte — se o regime será presidencialista ou parlamentarista. "O tempo não perdoo o que se faz sem ele", costuma dizer o presidente do PMDB. Na sua opinião, a duração do mandato de Sarney não deve ser resolvida com apadamento.

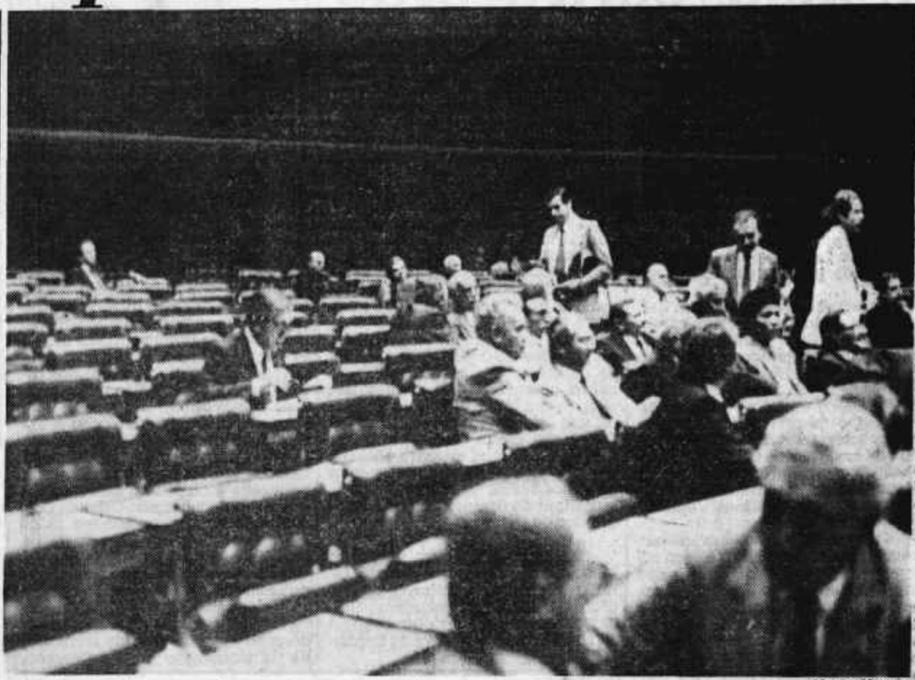
O presidente do PMDB admitiu que, oportunamente, o PMDB deverá discutir o problema e, firmada a posição do partido, haveria entendimentos com o PFL e com outras agremiações que apóiam o governo Sarney.

A exemplo dos senadores José Richa (PR) e Mário Covas (SP) — com os quais não vem mantendo as melhores relações —, Ulysses Guimarães não condiciona a negociação da dívida externa à decisão do tempo de mandato do presidente Sarney. Covas e Richa entendem que na questão da dívida externa as negociações são de país para país e não de pessoas para pessoas.

Da mesma forma que os dois influentes senadores, muitos outros constituintes do PMDB estão estranhando a "apreensão" de Sarney para uma solução a curto prazo sobre a duração de seu mandato.

Muitos constituintes são de opinião de que há um problema preliminar a resolver — se o País continuará com o sistema presidencialista ou se será adotado o parlamentarismo. Há no PDS proposta dos deputados César Cals Neto (CE) e Cunha Bueno (SP) para a definição do regime de governo, antes do exame a duração do mandato presidencial. Esta é, também, a opinião do senador Mário Covas.

Brasília — Ag. Estado



Muitas cadeiras vazias na Constituinte. Depois do Carnaval, agora o recesso das posses

Senador não negocia o mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A transição para o regime democrático só será concretizada com a eleição direta do presidente da República depois da promulgação da nova Constituição, segundo o senador Rui Baeleir (PMDB-BA), autor do projeto que convoca eleições para 120 dias após o término dos trabalhos da Constituinte. Em sua opinião, a eventual aceitação da redução do mandato do presidente Sarney para cinco anos significa uma tentativa de apaziguar o ânimo dos constituintes em torno da questão.

Seria o caso de o presidente ceder um ano para que a Constituinte não lhe tire os quatro restantes, atra-

vés da realização de eleições diretas, observou o senador, para quem o mandato presidencial não deve ser negociado e as eleições diretas realizadas logo. "A população brasileira não vota há 27 anos para a Presidência da República e uma transição democrática que implica seis anos para um mandato conquistado indiretamente não pode ser aceita depois da promulgação da nova Constituição", afirmou o senador.

Para o senador Mário Covas (PMDB-SP), o mandato do presidente Sarney não deve ser discutido agora, quando não se debateu sequer a futura forma de governo, mas se o tema se tornar inevitável não há razão para fugir dele. Covas é favorável

a quatro anos de mandato e não vê maior importância na afirmação do consultor-geral da República, Saulo Ramos, de que Sarney aceitaria a redução de seu mandato para cinco anos, frisando que no partido existem correntes que defendem duração diversa para o mandato presidencial.

Apesar de o senador Mário Covas não acreditar que haja no PMDB maioria favorável à realização de eleições diretas para a Presidência da República depois de promulgada a nova Constituição, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) disse ontem, da tribuna da Constituinte, que sua "convicção é de que teremos eleições diretas para presidente da República em 1988".

E quer parlamentarismo misto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney considera que o sistema parlamentarista misto, no qual o Parlamento não estaria passível de dissolução, pode ser uma solução para o Brasil, segundo revelou ontem um de seus auxiliares mais próximos. Parlamentarista por convicção, o presidente, de acordo com o assessor, prefere o sistema inglês, mas reconhece que, na realidade, o regime puro, que pressupõe a dissolução, não seria possível no País.

Já existem estudos de juristas, com os quais Sarney concorda, prevendo um sistema misto para o Brasil. Se efetivado, o presidente da República ficaria com poderes para nomear alguns ministros, como os che-

fes dos Gabinetes Civil e Militar e o procurador-geral da República. O Parlamento, por sua vez, teria a prerrogativa de, através de "moção de confiança", mudar ministros. A indicação do primeiro-ministro, segundo os estudos que têm a simpatia do presidente Sarney, ficaria como chefe de Estado, enquanto o Parlamento teria o direito de rejeitar dois nomes escolhidos para ocupar o cargo. O terceiro nome não poderia ser rejeitado.

Os ministros, ainda de acordo com os estudos em andamento, também podem tomar a iniciativa de dirigir-se ao Parlamento, independentemente de convocação, para defender posições do governo. O presidente Sarney está interessado nas análises desenvolvidas pelos juristas e sua opinião final vai depender da conclusão

de vários debates e de contatos com a classe política.

O assessor presidencial assegurou que o parlamentarismo integra o centro de preocupações de Sarney, mas ele também está interessado seriamente com a definição da futura ordem econômica e social do País. A duração do mandato presidencial não pode ser examinada desvinculada desses dois aspectos. Isto é, para o presidente Sarney, governar cinco ou seis anos só passará a ser um tema importante depois que ele tomar conhecimento das condições em que permanecerá no poder, assim que promulgada a futura Constituição. Ao mesmo tempo, a definição do sistema de governo também está condicionada à duração do mandato presidencial, com posições em favor de cinco e seis anos.

A Constituinte tem 200 dias para redigir Carta

A partir da instalação das oito comissões constitucionais temáticas e de Sistematização, o que deverá ocorrer dentro de duas semanas, a Assembléia Nacional Constituinte terá cerca de duzentos dias de trabalho, o que dá seis meses e 20 dias, até a promulgação da nova Constituição.

A previsão e levantamento foram feitos pelo ex-deputado João Gilberto, diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília. Segundo esse estudo, os duzentos dias estão compreendidos apenas nos prazos previstos no regimento, não contando, portanto, o tempo de discussão e votação do projeto de Constituição em dois turnos, quando cada um dos 559 constituintes poderá usar da palavra por 20 minutos e o relator de cada emenda por mais 30 minutos, o que torna imprevisível qualquer avaliação de tempo.

Dessa forma, segundo prevê João Gilberto, esses duzentos dias serão ampliados por, no mínimo, trinta dias mais, sendo impossível a promulgação da nova Constituição na data que o governo e a Aliança Democrática queriam: 7 de setembro. A data mais provável, segundo previsão do próprio relator do regimento interno e líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, é 15 de novembro deste ano.

Pelo fluxograma da Assembléia Nacional Constituinte, os prazos começam a vigor a partir da instalação das comissões temáticas, 48 horas depois da eleição da Mesa. E o seguinte o estudo de João Gilberto:

Comissões temáticas — organização, pareceres das subcomissões, em 40 dias; e pareceres das comissões: 60 dias; Comissão de Sistematização: 30 dias; publicação e distribuição do projeto: 24 horas; discussão em plenário, com 30 dias para a apresentação de emendas: 40 dias; elaboração de parecer sobre as emendas pela Comissão de Sistematização: 25 dias; primeira votação: sem previsão de tempo; redação para 2º turno de discussão e votação, pela Comissão de Sistematização: dez dias; publicação: dois dias; 2º turno de discussão em plenário (apresentação de emendas supressivas ou de redação): 15 dias; elaboração de pa-



Antes das comissões, Bueno quer definição sobre o regime

recer sobre as novas emendas pela Comissão de Sistematização: dez dias; segunda votação: sem previsão de tempo; redação pela Comissão de Sistematização: cinco dias; publicação e inclusão da ordem do dia: um dia; elaboração de parecer da Comissão de Sistematização, se houver emenda de redação: dois dias; e votação da redação final e promulgação: sem previsão de tempo.

Além de três oportunidades em que não há previsão de tempo, o estudo de João Gilberto não prevê tempo para uma possível convocação de plebiscito para referendo à Constituição, antes da promulgação, o que significa mais tempo ainda de trabalhos para a Constituinte.

Na votação dos destaques, algumas alterações foram introduzidas no parecer do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Uma emenda do deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ), aprovada em destaque, pretende impedir a atuação dos grupos de lobby na Constituinte. Outro destaque ampliou as imunidades parlamentares, e outro, do deputado Ademar de Barros Filho (PDT-SP) exige que o presidente da Constituinte zele pela imagem e dignidade dos constituintes.

A mais importante das emendas destacadas, ainda no começo da noite de terça-feira, foi a de Maurílio

Ferreira Lima (PMDB-PE), que chegou ao plenário já negociada. Ela limita a soberania da Constituinte, garantindo-lhe o direito de defesa contra ameaças ou constrangimentos externos, mas veta a possibilidade de iniciativas da Constituinte para alterar a Constituição em vigor, impedindo, por exemplo, qualquer manobra para alterar a duração do mandato do presidente José Sarney.

Surgiu ontem mais um candidato ao cargo de relator da Comissão de Sistematização: o ex-líder do PDS, hoje no PMDB, deputado Prisco Viana (BA) — segundo informações do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) —, juntando-se aos já declarados candidatos Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso, Bernardo Cabral e Nelson Jobim.

Fernando Henrique Cardoso prometeu para segunda-feira a apresentação da redação final do regimento interno, com as alterações promovidas pelos destaques aprovados ou pelos ajustes de lideranças antes da votação. Ele espera que terça ou quarta-feira a redação final seja votada em plenário, para entrar em vigor, substituindo as normas provisórias. Depois disso, acontecerá a eleição do restante da Mesa da Constituinte (dois vice-presidentes, três secretários e três suplentes) e em 48 horas a instalação das oito comissões temáticas e da Comissão de Sistematização.

É a vez do "recesso da posse"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"A democracia é o regime da liberdade, mas também da ordem." Com este argumento, o deputado Ibsen Pinheiro, em nome da liderança do PMDB, rebateu ontem, na sessão da Constituinte, os protestos de vários parlamentares contra "a crescente intervenção dos militares na vida do País". Depois do esforço da véspera, para a votação do regimento interno, muitos constituintes via-

jaram para seus Estados, no "recesso da posse" (dos governadores). Foi pequeno o movimento em plenário, onde o número máximo de constituintes reunidos num só momento não passou de 80.

O deputado Cunha Bueno (PDS-SP), defensor da monarquia parlamentarista, sugeriu que, antes do início do trabalho das comissões, a Constituinte tome uma decisão sobre a forma de governo a ser adotada no Brasil: presidencialismo ou parlamentarismo. Em sua opinião, se não

houver essa definição preliminar, "pode ocorrer que parte dos trabalhos seja prejudicada".

Sobre a intervenção nas refinarias de petróleo, o deputado Ibsen Pinheiro ressaltou que "não houve sequer uma prisão". Hermes Zanetti (PMDB-RS) disse que a Constituinte nada pôde fazer diante da ação militar, e isso evidencia que ela não dispõe de soberania, "tendo capitulado ao poder Executivo". O deputado advertiu, em seguida, que "amanhã, também a Assembléia Constituinte poderá estar cercada".